

# POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO PARA JOVENS: QUANDO A DIVERSIDADE É QUESTIONADA

**Maria Aparecida de Queiroz**

Professora do Departamento de Educação.

Pós-Graduação em Educação.

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

cidinha@ufmet.br

**Resumo:** O texto discute a problemática dos jovens trabalhadores ante a diversidade de condições; o papel de organismos multilaterais, do Estado e da sociedade brasileira em face das políticas públicas de educação. Destaca o Projovem (2005 e 2008), como política nacional articulada; seus princípios e o projeto pedagógico integrado. A análise baseada na literatura e em documentos mostra contradições e perspectivas das políticas educacionais para a juventude, pois, estas não contemplam, plenamente, pedagogia orientada para liberdade, autonomia, democracia, tendo o conhecimento como *ferramenta crítica do progresso* e da transformação social.

**Palavras-chave:** juventude; políticas de educação; diversidade.

## INTRODUZINDO A TEMÁTICA

Este texto contempla uma discussão acerca de aspectos da problemática envolvendo a juventude em geral, e, de modo particular a diversidade de condições, culturas, problemas, limites e perspectivas entre os jovens considerados de classes sociais pobres. Discute, ainda, o papel de organismos multilaterais, do Estado e da sociedade brasileira na proposição e na implementação de políticas públicas direcionadas às juventudes na área de educação. Entre as políticas para esse segmento da população implementadas no último decênio, destacamos alguns aspectos do Programa Nacional de Inclusão de Jovens: educação, qualificação profissional e ação comunitária-Projovem (2005 e 2008), como política nacional intersetorial e articulada entre as instâncias da federação brasileira (União, estados e municípios). Centra-se a reflexão em pontos dessa política de caráter nacional, com proposta de conteúdos curriculares homogêneos e unificados e orientado pelos princípios da singularidade, diversidade, vulnerabilidade e potencialidades dos jovens que vivem em universos e condições diversificadas do território brasileiro.

O aporte teórico-metodológico da discussão reúne parte da literatura referente aos temas, pontos gerais e específicos do foco de análise que concentra contradições e perspectivas na proposta de educação visando promover a inserção socioeconômica, cultural e política dos jovens. Pensando na educação e na convivência dos jovens na *cultura global*, tomamos a reflexão de Sacristán (2002), como referência para visualizar um projeto cuja base seja a diversidade da natureza humana, pois, sob esse prisma, “Os indivíduos dispõem de capacidades,

têm interesses, desenvolvem uma forma de ser, elaboram projetos de vida, vivem em contextos, têm uma procedência social que, tudo isso combinado transforma-se em unidades irrepetíveis” (SACRISTÁN, 2002, p. 227). Essa pedagogia confere liberdade e autonomia para desenvolver determinados atributos do ser humano, e se contrapõe à homogeneização de normas, currículo, meios, ritmos, práticas, condutas escolares dominantes, podendo tornar a produção e a divulgação do conhecimento uma *ferramenta crítica do progresso e da transformação social*. É sob essa utopia que reconhecemos as políticas para a juventude brasileira em suas diversidades.

## **1 Pobreza, juventudes e diversidade**

Iniciamos por apresentar um entendimento em torno da categoria social conhecida, historicamente, como pobreza, filha da industrialização, cujo berço se encontra na Inglaterra do século XVIII e segue recebendo denominações do tipo “indigência”, “pauperismo”, “miséria”, “proletariado industrial”. Em sua trajetória, assim estendeu-se à Europa e aos demais povos e civilizações em um processo concomitante, e, sob condições diametralmente opostas à riqueza de poucos. Conforme Castel (1998, p. 284), parte da indigência identificada em países daquele continente não se devia “[...] à ausência de trabalho mas sim à nova organização do trabalho, isto é, ao trabalho liberado”. Além disso, consideramos, segundo essa perspectiva, que as condições dos trabalhadores da indústria não afetavam (ou não afetam), apenas a sua vida material e de suas famílias, mas resultavam (como ainda resultam), na degradação moral das formas de vida de todos, em universos de condições e de relações diversificados.

Assim, a pobreza se movimenta ao longo da história do capitalismo, em campos de relações consensuais e conflitantes. Ora distante dos olhares do poder público, ora sob sua proteção, a exemplo da Inglaterra no século XIX, quando, sob críticas, o trabalho obrigatório se tornaria a moeda de troca de uma “[...] renda mínima [concedida] a todos os indigentes” (CASTEL, 1998, p. 281). Um século mais tarde, de modo particular no pós-Segunda Grande Guerra Mundial, novas demandas se impõem aos Estados Nacionais, principalmente na porção desenvolvida da Europa e nos Estados Unidos da América do Norte. Assumindo a “proteção” efetiva dos trabalhadores, implementam-se políticas de concessão de direitos sociais plenos nas áreas da saúde, educação, habitação, previdência, transporte, dentre outros.

Em determinadas conjunturas e a cada momento da história, os jovens são considerados diferentemente: causadores de *problemas*, *pessoas em situação de risco*, merecendo, por isso, *piedade e assistência* por parte do Estado e da sociedade. Nos últimos cinquenta anos, modificou-se esse significado de ser jovem, particularmente, na sociedade informacional e global, marcada, inclusive, pela multiplicidade cultural (CASTELLS, 2000). Nesta sociedade, as mudanças nos padrões técnico-produtivos, científicos e tecnológicos aplicados a múltiplos campos de atividades, aos modos e aos meios de informação e de comunicação, encurtaram distâncias, recriaram relações de trabalho com incomensuráveis repercussões no plano socioeconômico, político, cultural e espiritual. Modificaram-se, inclusive, as formas de relacionar-se com a natureza, e a própria natureza, que também reage às devastações e às agressões com poluentes,

no solo, no ar e nas águas, modificando os seus ritmos. Modificaram-se, por essas razões, as formas de convivência humana, de ser, de estar no mundo e com o mundo.

Prevalece um conceito de juventude que se modificou ao longo da história e que decorre de “[...] padrões societários vigentes” (NOVAES, 2006, p. 119). Seguindo essa compreensão, Sposito (2003, p. 4) ressalta que a juventude sendo considerada

[...] uma fase de vida marcada por uma certa instabilidade [está] associada a determinados ‘problemas sociais’, mas o modo de apreensão de tais problemas também muda. [Na década de 1960, torna-se] protagonista de uma crise de valores e de um conflito de gerações [marcados por] comportamentos éticos e culturais [...].

No decênio subsequente, prevalece a concepção de juventude relacionada ao ingresso na vida social, principalmente, aos problemas de emprego e trabalho, sempre ignorando a diversidade do ser humano e a singularidade do indivíduo. Nesse momento (1970), em escala mundial, ante a reestruturação da ordem econômica mundial, instalou-se

[...] o clube dos países ricos com sua prática de cúpulas e com os dogmas monetaristas do credo neoliberal da globalização: ir cada vez mais adiante na liberalização do comércio, dos movimentos de capitais, no equilíbrio orçamentário e nos ajustes estruturais, na flexibilidade das empresas e na fluidez das redes planetárias (MATTELART, 2005, p. 86).

Na década de mil novecentos e oitenta, sob os auspícios da Unesco, articula-se uma concepção ampliada de cultura esboçando-se o “[...] o princípio de uma política cultural fundada no reconhecimento da diversidade”. Propondo-se a expansão das *faculdades criadoras, individuais e coletivas*, estende-se a formas inventivas diversas. Conclui Mattelart (2005, p. 87) que, somente ao final do século XX, esse princípio abstrato foi convertido “[...] em um instrumento jurídico capaz de subtrair as “expressões culturais” à regra única da mercadoria”.

Ao final desse período, em meio à crise causada, principalmente, pela dívida externa e a recessão das economias em escala mundial, o *Estado protetor* nos países de capitalismo avançado, não resistindo às críticas dos neoliberais, é premido a reestruturar-se adotando políticas de ajuste fiscal e reduzindo, drasticamente, seu campo de atuação como financiador de políticas sociais universais. A pobreza, mesmo onde não estava evidente, ganhava visibilidade, requerendo atenção especial em todas as nações.

Em algumas delas, os segmentos de trabalhadores – de ambos os gêneros e etnias – eram reconhecidos por sua capacidade de lutar em defesa de seus direitos civis, políticos e sociais, sobretudo o de participação na herança social, que eleva a condição de ser civilizado, conforme os padrões, gerais e específicos vigentes na sociedade. Essa perspectiva, que levaria à condição de cidadania plena, mas não concretizada em condições históricas reais, assim é definida por Soeiro (2008), conforme o pensamento de Bourdieu: “[...] cidadania que integra a dimensão da participação e contraria a versão liberal que tende a reduzi-la a um estatuto legal, a um laço político entre indivíduos abstractos, que não implica necessariamente a acção coletiva” (SOEIRO, 2008, p. 2).

Alcançar essa dimensão significa estabelecer elos entre os direitos e o mercado de bens produzidos socialmente, fato que no ocidente (mas, não apenas nele), ainda parece impossível. Seriam essas as razões que impulsionaram ações voltadas à *problemática da juventude* (15- 24 anos), nos anos de 1980 e seguintes, fazendo parte da agenda de organismos multilaterais técnicos (ONU, Unicef) e agentes financeiros (Banco Mundial e Banco Interamericano do Desenvolvimento), e de alguns Estado-nação, inclusive o Brasil? O fato é que a temática da juventude entrou na pauta de discussão e se constituiu em propostas de eventos internacionais, como a Conferência Mundial de Ministros de Estado (Lisboa/Portugal, 08-12 setembro 1998), na qual os responsáveis por políticas de Juventude recomendaram elaborar políticas com base no “[...] Projeto de Declaração de Lisboa sobre Políticas e Programas de Juventude, objetivos e princípios, compromissos e planos de ação” (ZACARIAS, 2003, p.1), nacionais intersetoriais. As concepções das Nações Unidas também orientam a formulação de políticas de juventude, identificadas tanto com o lugar quanto com o papel dos jovens na sociedade. O conceito de *protagonismo juvenil, de agentes para o desenvolvimento* tornou-se o foco dos programas e projetos sociais, de capacitação ocupacional e de natureza cultural, originados do âmbito governamental e não-governamental.

Na formulação dessas políticas, seriam delimitadas as responsabilidades dos agentes políticos, e os jovens deveriam ser consultados em suas necessidades e aspirações, para que pudessem participar das decisões, inerentes à sua reinserção social e política. Igualmente, seria identificado o seu lugar/tempo *como beneficiário e contribuinte* do processo de desenvolvimento nacional (e/ou local). Além dessa concepção política de juventude, a concentração de 84,8% dos jovens em áreas urbanas e mais de um terço destes em regiões metropolitanas, sob o risco de violência, incentivando, assim, a ideia de prevenção de delitos (AQUINO, 2009).

No Brasil, com o Estatuto da Criança e do Adolescente/ECA – Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 –, o jovem tornou-se reconhecido, oficialmente, entre os sujeitos “[...] de direitos e demandas políticas dos que ainda não atingiram a maturidade” (SPOSITO; CARRANO, 2003, p. 5). Esse status da juventude bem como a problemática que envolve a infância e a adolescência – entre os trabalhadores – nos primeiros anos da década de 1990, compõem a pauta de discussão e algumas ações do poder público em determinados setores da esfera pública estatal.

Nessa mesma direção, o Estado brasileiro desenvolveu programas esparsos que se estendiam a todas as suas instâncias, na área da saúde, esporte, lazer e educação, “[...] voltados para o controle do tempo livre dos jovens e destinados particularmente para os moradores dos bairros pobres das grandes cidades” (SILVA; ANDRADE, 2009, p. 490). Estudos realizados por Abad (2003); Sposito (2003); Sposito e Carrano (2003) sobre as políticas para jovens no Brasil mostram, como marco inicial, os dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso, com ações distribuídas entre oito ministérios e a Presidência da República. Uma avaliação sobre políticas do governo constata que havia 30 programas ou projetos, focalizados na juventude entre 15 e 19 anos (adolescentes) e 20 e 25 anos (jovens). Ao mesmo tempo evidencia ações sociais não-governamentais de abrangência nacional, a exemplo da Capacitação Solidária, Rede

Jovem e Alfabetização Solidária, associados ao programa Comunidade Solidária (SPOSITO; CARRANO, 2003).

Essas ações são consideradas de *frágil institucionalidade*, e, dependendo de sua origem, apresentavam concepções, objetivos, clientela e área geográfica superpostos. Conforme Tommasi (2004), nesse momento, a problemática considerada como da juventude se torna objeto também de institutos e fundações empresariais (Oderbrecht e Instituto Ayrton Senna), de Organizações não-Governamentais – ONG, principalmente em regiões do país consideradas de maior pobreza. É pertinente indagar: Por que as juventudes despertavam tanta atenção do poder público e da iniciativa privada? Seria a juventude, apenas, um problema ou se constituía em potencial à produção e ao consumo capitalista?

Nesse ponto, é pertinente mais uma reflexão no campo das políticas para a juventude, porque sabemos que parte expressiva do segmento de trabalhadores que produz bens materiais e simbólicos, no estágio atual de acumulação capitalista não faz jus aos benefícios dela decorrentes. Torna-se evidente que os jovens – principalmente em países da América Latina, Continente Africano e Asiático –, ainda vivem à margem das possibilidades de acesso à riqueza social – material e simbólica – apropriada ainda por poucos. É ponto pacífico que todos, indistintamente, são atraídos pelos estímulos do consumo.

Por isso, nessa sociedade, muitas pessoas, particularmente os jovens, enfrentam novos desafios, sobretudo aqueles de ordem estrutural (OFFE, 1984), relacionados a viver sob condições diversas, inclusive de pobreza. Esta se apresenta com maior visibilidade, porque afeta ampla parcela de trabalhadores – mulheres, pardos, negros e outras maiorias ou minorias – não respeitadas como ser humano, tampouco em suas expressões. Esse contingente, para acessar aos benefícios da riqueza social, apela, além do trabalho digno, a formas humilhantes de exploração do trabalho às organizações do narcotráfico. No Brasil e no Continente Latino-americano, a crise do final do século XX e início deste, repercutiu entre os jovens de modo que não “[encontravam] seu lugar tanto no âmbito das políticas de proteção social quanto entre aquelas que visavam à transferência de renda” (NOVAES, 2009, p. 16).

Contrariando, entretanto, essa lógica perversa do capital em sua acumulação, tem lugar um novo movimento na sociedade informacional e global, de recorte culturalmente diversificado. Dispõem, assim, as juventudes, de oportunidades de vivências e de experiências jamais apreendidas por outras gerações, no campo das “[...] tecnologias microeletrônicas associadas à informática [...]” (FRIGOTTO, 1998, p. 13), da informação, dos modos e dos meios de comunicação. Essa diversidade que alcança os mais distantes rincões por meio das multimídias, traduz-se em inúmeras melhorias para uma parte significativa da humanidade, a exemplo do prolongamento da vida em algumas nações. Avanços no campo da informática, da bioética, da telefonia móvel, apesar dos limites e controvérsias de que são objeto, impulsionam benefícios incalculáveis. Conclui Novaes (2009) que “Os múltiplos usos do telefone celular, a socialização na cultura digital, enfim, o acesso – ainda que desigual e diferenciado – fazem parte dessa inédita experiência geracional” (NOVAES, 2009, p. 17).

A despeito das desigualdades, das diferenças e semelhanças socioeconômicas e culturais entre seres singulares, que separam e/ou unem as juventudes internamente e/ou entre nações, raças, povos etc, este é um momento original de convivência, trabalho, estudo e relacionamentos interpessoais, presenciais ou virtuais. À condição de ser jovem, associa-se o mundo do trabalho tornando-se essa percepção essencial em sua formação, ainda que, na realidade, o mercado não absorva todos, frustrando, assim, as expectativas de muitos. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/PNAD, 2009) registram 59,6% dos trabalhadores com carteira assinada enquanto os demais padeciam no desemprego ou no mercado de trabalho informal.

Considerando-se que a demanda por trabalho supera a oferta; que as mudanças tecnológicas, organizacionais e políticas requerem, atualmente, mão de obra cada vez mais qualificada para enfrentar os desafios da produção e da comercialização de mercadorias diversas; que aos critérios de idade se associam a escolaridade e a experiência profissional, não fácil para os jovens, acessar e permanecer neste mercado sob condições formais. Parcela expressiva está exposta “Ao preconceito e à discriminação de classe, gênero e cor adicionam-se o preconceito e a “discriminação por endereço” (NOVAES, 2006, p. 106).

Os jovens, vivendo em universos culturais tão diversos, sem acesso a determinados postos de trabalho, têm as suas chances de emprego reduzidas. São expostos a incertezas, sugerindo, conforme Sposito (2003), atualização do termo juventude, para *juventudes*. Diante disso, indagamos, se as políticas sociais, em especial educação, respondem à diversidade de expectativas, à liberdade e autonomia na formação de valores e atitudes dos jovens, que respondem por seus atos, pelo futuro de sua geração e da própria sociedade, recriando *culturas jovens*? (ALMEIDA, 2006).

## **2 Políticas de juventude: alternativa a direitos universais?**

Ao limiar do século XXI e considerando a realidade a que se expõem povos, nações, raças, gêneros, classes e grupos, o Estado e a sociedade não têm respondido, plenamente, às demandas impostas pelo capital, de modo especial aos jovens. Dados oficiais apresentavam problemas relacionados à juventude que levaram à proposição de políticas diversas para os jovens. A Organização Internacional do Trabalho – OIT tem desenvolvido ações, em países não desenvolvidos, com a intenção de incluir crianças, adolescentes e jovens como cidadãos de direito, na agenda de políticas públicas. Nessas organizações, as discussões oscilaram entre a *retórica de sofrimento* que orienta as políticas com o caráter de *piedade*, passando pelo discurso da *cidadania* e, ao final dos anos de 1990, na perspectiva da *racionalidade* política.

Leite (2003), criticando essas políticas, conclui: “As intenções podem ser boas, mas os efeitos são duvidosos. A “retórica da piedade”, combinando imprecisão conceitual e estatística contribui para carimbar “pobreza” como “epidemia” ou “doença” que se alastra entre pessoas, famílias e países mais pobres” (LEITE, 2003, p. 154). Assim, o conceito de juventude que passa por variações, ao longo da história, modifica-se não somente associado ao de geração,

mas decorrente da dinâmica cultural e dos próprios limites políticos na formulação de políticas específicas. Apresenta-se de forma polêmica, unificado e atualmente, ainda apresentando dificuldades na definição da abrangência, metodologias e conteúdos das políticas públicas de educação para os jovens.

É verdade que estes e não somente os da classe trabalhadora, em meio à perda de valores fundamentais e na busca de outros que sustentem suas identidades, a vida material, cultural, moral, afetiva, ética e espiritual, encontram-se entre caminhos desconhecidos ou encruzilhadas. Diante de alternativas como o estudo, o trabalho, a proteção (ou abandono) da família, do Estado e da sociedade, os jovens apelam para a recomposição de perdas de valores associada à condição política de cidadania, ameaçada ao enfraquecimento, nos países de capitalismo avançado ante o recuo do Estado de bem-estar social após os anos de 1980 e requerendo, por isso, que os direitos dos cidadãos sejam revitalizados. A identificação de políticas públicas de educação, efetivas, e com esse conteúdo específico, carece, pois, de “[...] análise e elucidação do critério ou critérios que fundamentam determinada política: [indicando as] razões que a tornam preferível a qualquer outra” (FIGUEIREDO; FIGUEIREDO, 1996, 108, grifo dos autores).

Notadamente a partir de 2003, conforme Relatório Parcial de Avaliação do Projovem (BRASIL, 2008a), dados analisados por um Grupo de Trabalho constituído pela presidência da República, da Pesquisa Nacional por Amostra a Domicílio-PNAD/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE de 2002, mostram 13,4% da população, aproximadamente 23,4 milhões, com idade entre 18 e 24 anos. Moravam, 52% em áreas urbanas, sendo 31% em regiões metropolitanas e 17% em áreas rurais. Para implantação do Projovem Urbano, os formuladores baseiam-se em pesquisas do IBGE/PNAD 2005 e PNAD 2006, assim como em informações do Sistema de Monitoramento e Avaliação do Projovem. Conforme Brasil (2008b), este é o potencial ao novo programa – 6,4 milhões de jovens na faixa etária 18 e 29 anos, vivendo em cidades com mais ou até 200.000 habitantes, respectivamente 47,% e 53% –, ao qual se associam fatores estruturais e conjunturais

Por esse tempo, o paradigma mundial de juventude como *problema ou fase de transição* à vida adulta cede lugar à concepção que compreende um segmento social, que tem direito a determinadas políticas voltadas às suas necessidades. Os jovens (assim como as crianças e os adultos) continuavam expostos a condições de pobreza, desemprego e subemprego (85,4% não tinham carteira assinada); analfabetos (inclusive funcional) ou fora da escola, do mercado de trabalho e despreparados profissionalmente para enfrentá-lo. Sua convivência oscilava na fronteira entre possibilidades de ascender à cidadania plena e expor-se a doenças sexualmente transmissíveis – DST, gravidez precoce, prostituição juvenil (ambos os gêneros) e a múltiplas formas de violência (simbólica e explícita).

A literatura sinaliza, portanto, políticas com recortes de classe, gênero, etnia, origem rural ou urbana. Com base nessa temática, é construída uma pauta política envolvendo Ministérios e/ou outras instâncias governamentais, cujos programas e projetos são apresentados em um quadro elaborado por Silva e Andrade (2009, p. 62-64), em sete eixos de ações, de acordo

com as atividades e os benefícios supostamente produzidos. A implementação dessas políticas, conforme vimos mostrando, faz-se de forma isolada ou associando ações, coordenadas ou superpostas a determinados grupos de beneficiados. Prevalece, no entanto, a estratégia inter-setorial, de caráter estruturante e programas específicos, nas áreas de educação, saúde, defesa, justiça, direitos humanos, cultura, esporte e lazer, desenvolvimento agrário, desenvolvimento social, trabalho e emprego e segurança pública. Dentre as políticas, destacamos o Projovem, apresentado, atualmente, nas modalidades Urbano (sobre o qual voltamos a falar), Adolescente, Trabalhador e do Campo, situados respectivamente na Secretaria Nacional de Juventude, Ministérios do Desenvolvimento Social, Trabalho e Emprego e Educação.

Insistimos em indagar: seria a educação formal básica com a dimensão de qualificação profissional (inicial), associada a outras políticas de inserção social e cultural, uma saída para as aspirações das juventudes “[...] em contextos históricos, sociais e culturais distintos marcada pela diversidade nas condições sociais (origem de classe, por exemplo), culturais (etnias, identidades religiosas, valores etc.) de gênero e até mesmo geográfica, [...]” (MAIA et tal, 2008, p. 145).

### **3 Projovem: questionamentos sobre diversidade na educação de jovens**

Entendemos que a juventude se constitui em uma realidade histórica que associa vida profissional, partida das origens, formação de outra família; processos sociais correspondentes a diversidades em termos de bens materiais e simbólicos, incluindo-se o direito a serviços públicos essenciais. Dados socioeconômicos e específicos de educação (BRASIL, 2008a), que fundamentaram as políticas públicas pós 2003, indicavam uma realidade comprometedora da própria identidade do brasileiro. Entre os jovens, 51% (17,1 milhões) não frequentavam a escola; 20% com idade entre 18 e 24 anos ainda estavam no ensino básico (fundamental e médio), em defasagem idade/série; 1,2 milhões (3,6%) desses brasileiros eram analfabeto; 70% residiam no Nordeste; e 73% constituíam-se de negros. Diante desses fatos, sem que o jovem, em meio a processos sociais tão diversos, tenham o devido suporte do Estado, da sociedade e de suas famílias, respeitando-se suas identidades, não alcançam as oportunidades, tampouco superam os obstáculos a que se expõem.

Nesse particular, a educação escolar, promovida pelos sistemas formais de ensino, obedecendo às regras do capitalismo, unifica e diversifica o conhecimento requerido pela convivência social, em especial, pelo processo de trabalho. Apresenta-se em várias modalidades e níveis de ensino, argumenta Chaluh (2006) com base nas ideias de Machado (1989) que “A proposta burguesa de unificação escolar pretende realizar a unidade nacional por meio dos princípios de universalização do ensino e de supressão das barreiras nacionais, culturais, raciais, etc.” (CHALUH, 2006, p. 106). Ainda que esse projeto sinalize algumas conquistas alcançadas pelos trabalhadores e seus filhos, a unificação atende, principalmente, ao que é requerido pela divisão social do trabalho e não contempla as singularidades do ser humano e os matizes culturais que identificam povos, nações e grupos.

Obedecendo a essa lógica contraditória, o Projovem, apresentado como *política nacional de juventude*, envolvendo setores e instâncias do Estado e da sociedade. Na versão 2005 e 2008, combina os princípios da singularidade, diversidade, atendimento a situações de vulnerabilidade e às potencialidades dos jovens. Apresenta-se como ação política “emergencial” e “experimental”, restrita ao ensino fundamental e focalizada no segmento jovem população. A proposta de ensino contempla as dimensões políticas e pedagógicas, associadas ao paradigma curricular de articulação entre “[...] ensino fundamental, qualificação profissional e a ação comunitária” ou cidadania (BRASIL, 2008a, p. 21-22). Perfila-se, portanto, entre as políticas sociais distributivas, cuja demanda é fragmentada e as decisões concentram-se no poder central. “Em geral, políticas distributivas beneficiam um grande número de destinatários, todavia em escala relativamente pequena; [contempla] potenciais opositores que costumam ser incluídos na distribuição de serviços e benefícios”, conclui Frey (2000, p. 224).

A proposta curricular do programa possibilita, aos jovens novas interações, apropriação de conhecimentos, re-elaboração de experiências e visão de mundo; que “[...] se re-posicionem quanto a sua inserção social e profissional” conclui Zacarias (2003, p. 16). Assim, o entendimento de Sacristán (2002) é de que a experiência resulta de vivências acumuladas, de forma singular, no decorrer da história de cada pessoa. Apreendemos informações esparsas, *assistemáticas e descontínuas* que nem sempre as transformamos em conhecimento sistematizado. “Para isso, é necessário provocar a experiência de aprendizagem de uma informação selecionada e ordenada. E é nessa necessidade que a escola continua desempenhando potencialmente um papel ilustrador” (SACRISTÁN, 2002, p. 210). Nesse particular, ressaltamos que, ante sua configuração política, o Projovem possibilita que parte expressiva da juventude fora da escola, volte a estudar (aproximadamente meio milhão em 2009, conforme a SNJ), ainda que tardiamente, reaproximando-se, supostamente, do direito à educação. Em sintonia com a proposata de Sacristán (2002), consideramos inegável o papel da educação e do ensino escolar no desenvolvimento dos processos sociais, orientados por projetos pedagógicos voltados para a diversidade cultural e a cidadania democrática.

Em 2008, ao lado do Projovem Urbano, com a duração de 18 meses, encontram-se outras ações de educação para a juventude, conforme mostramos, correspondentes à oportunidades de estudo nas redes de ensino médio, Institutos Federais de Ensino Técnico (IFET) e Instituições Federais de Ensino Superior que foram ampliadas. Pode, ainda, o jovem concorrer aos apelos do Prouni, pleiteando uma vaga, financiada pelo Estado, na rede privada de Ensino Superior. Nesse contexto, não é possível ocultar nem naturalizar as dificuldades dos trabalhadores e de seus filhos em participar, ativamente, de processos sociais correspondentes à condição de cidadão; ingressar e permanecer, com sucesso, nos sistemas públicos de ensino. Também não é possível neutralizar a utopia de jovens como Kaline Lima de Carvalho, em relação ao estudo, a realizações, do tipo trabalho digno.

Concluindo do Projovem na Escola Municipal Francisco de Assis, Bairro Dix-Sept Rosado/Natal/RN, nas “considerações finais” de seu Portfólio, sobre as disciplinas cursadas,

em 2006, revela a importância do Programa em sua vida, traduzida nas coisas que aprendeu com pessoas maravilhosas (professores e colegas), que a fizeram ver que as dificuldades em permanecer estudando na infância, na adolescência e naquele exato momento, não eram exclusivamente suas, mas de muitos colegas de turma e de outras escolas. Na condição de estudante, tornou-se menos tímida, passou a esclarecer as dúvidas que antes ficavam sem resposta. Com a *sensação do dever cumprido*, esboça o agradecimento a uma professora que a “[...] incentivou a nunca desistir, a ser uma pessoa melhor, que me levantou quando caí; amiga e mãe nas horas em que mais precisei [...]” (CARVALHO, 2006, p. 15).

Os inúmeros atributos ao retorno à escola não devem ser vistos como apologia ao estudo, senão à crença dos jovens em si e nas pessoas que acreditam neles, assim como no seu potencial para compreender e superar dificuldades em situações que vislumbram como novas oportunidades de melhoria de vida. O reingresso do jovem à escola, pertencendo a um determinado grupo com origem social e interesses comuns de estudo, associou-se ao trabalho **verdadeiramente** pedagógico desempenhado por professores(as) (e outras pessoas). Qualificados e dispostos a lidar com jovens cheios de sonhos e desencantos, esperança e incertezas, força e desânimo; dimensões pedagógicas e políticas de um currículo integrado, distintas de outras similares, requer pessoas comprometidas, abertas à escuta de histórias, lamentos e realizações; paciência para explicar conteúdos quantas vezes fossem necessárias à aprendizagem. Nessa percepção de um membro do programa, esses atributos, no Projovem, diferenciam-se, da prática pedagógica dominante.

Entre os jovens, destacamos, ainda, a confiança e o respeito mútuos, diz a assistente social (MACEDO, 2008), além de torná-los capazes de refletir sobre a vida, sobre as discriminações a que se expõem, inclusive na escola, que julgavam ser deles, mas que não os reconhecia. Como instituição educativa, a escola estimula e reanima, ao mesmo tempo que unifica e estratifica; atribui prêmios e punições, não se constituindo, dessa forma, em um verdadeiro espaço de múltiplas aprendizagens, vivências e experiências de várias naturezas, inclusive o trabalho como criação/produção humana.

Podemos dizer, ainda, que a estrutura administrativa e a proposta pedagógica do programa, apesar de as decisões emanarem do poder central, apresentam inovações na organização curricular (integrada) e na relação teoria e prática (conteúdos específicos de disciplinas, qualificação profissional com laboratórios para atividades práticas, ainda que nem todos funcionem a contento). A ação comunitária aproxima o jovem de uma determinada realidade, que passa a compreendê-la, podendo, inclusive, transformá-la em alguns aspectos. O Sistema de Monitoramento e Avaliação realiza pesquisas, acompanha e avalia as atividades, as condições estruturais e administrativas da escola, avaliando, ainda, professores e alunos no processo ensino-aprendizagem. Essa sistemática de avaliação viabilizando o aperfeiçoamento da proposta do programa e da sua dinâmica bem como as políticas de educação que o sucedem.

Ao que parece, a possibilidade de continuar estudando ou ingressar no mercado de trabalho não é consequência imediata de conclusão do ensino fundamental. Na relação entre

estudo, trabalho e mercado, o Estado desempenha um papel fundamental de modo que, para tornar-se trabalhador assalariado, a força de trabalho deve ganhar o estatuto de cidadão. Essa condição, segundo Offe (1984, p. 24), é possível por meio de políticas sociais que entrelaçam “[...] relações e estratégias politicamente organizadas [...]” cuja finalidade é resolver os problemas estruturais. Neste mundo globalizado e informatizado, guiado por meios eletrônicos que se renovam a cada instante, a educação desempenha o papel fundamental de orientar a convivência com as ferramentas de trabalho, diversão, esporte, lazer etc para estas não aprisionem crenças, valores, modos de ser e de viver, ritos e ritmos de vida. Diante dos tempos e lugares diversos, as pessoas precisam recriá-los, organizando expectativas, dúvidas e incertezas. Isso requer capacidade reflexiva, senso crítico, iniciativa, criatividade, responsabilidade, sensibilidade e compromisso com as informações, de modo que a educação, em seu sentido amplo, e o ensino em particular tornem a informação em conhecimento que seja ferramenta de transformação da realidade na perspectiva da cidadania democrática. É essa a utopia que colocamos no horizonte das políticas públicas de educação brasileira para as juventudes, tendo como projeto político e pedagógico o respeito à diversidade humana e individual.

## REFERÊNCIAS

- AQUINO, Luseni. A juventude como das políticas públicas. In: CASTRO, Jorge Abrahão; AQUINO, Luseni; ANDRADE, Carla Coelho de (Orgs.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009.
- ABAD, Miguel. Crítica política das políticas de juventude. In: FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho. **Políticas públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez, 2003. p. 13-32.
- ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de; EUGENIO, Fernanda. (Orgs.). **Culturas jovens: novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- AZEVEDO, Sérgio. Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação. In: SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos et al. (Orgs.). **Políticas públicas e gestão local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais**. Rio de Janeiro: FASE, 2003. Disponível em: <[www.rebrip.org.br/noar/anexos/acervo/10\\_Sergio\\_Azevedo\\_06.doc](http://www.rebrip.org.br/noar/anexos/acervo/10_Sergio_Azevedo_06.doc)>. Acesso em: 27 jun. 2008.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o estatuto da criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 1990.
- \_\_\_\_\_. **Projeto do Programa ProJovem**. Programa Nacional de Inclusão de Jovens. Educação, Qualificação e Ação Comunitária. Brasília: Presidência da República. Secretaria Nacional de Juventude. Coordenação Nacional do Programa Nacional de Inclusão de Jovens. Brasília, 2005.
- \_\_\_\_\_. ProJovem: conhecimento e oportunidade para todos. Relatório Parcial do Projovem: 2007. Brasília: Presidência da República, 2008a.
- \_\_\_\_\_. ProJovem Urbano: conhecimento e oportunidade para todos. **PPI: Projeto Político Pedagógico**. Brasília: Presidência da República, 2008b.

- CARVALHO, Kaline Lima de. **Portfólio das disciplinas ministradas no Projovem: os jovens numa perspectiva de inclusão social**. Natal, 2006.
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. 6 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- CASTELLS, Manuel. A economia informacional e o processo de globalização. In: **A era da informática: a economia, sociedade e cultura**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- CHALUH, Laura Noemi. **Educação e diversidade: um projeto pedagógico na escola**. Campinas, SP: Alínea, 2006.
- FIGUEIREDO, Marcus Faria; FIGUEIREDO, Argelina Maria Cheibub. Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referências teóricas. **Análise e Conjuntura**, Belo Horizonte, v. 1, n. 3, p. 107-127, set./dez. 1986.
- FREY, Klaus. **Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil**. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 21, p. 211-259, jun. 2000.
- FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. **PNAD 2009: rendimento e número de trabalhadores com carteira assinada sobem e desocupação aumenta**. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/.../noticia\\_visualiza.php?id...1](http://www.ibge.gov.br/home/.../noticia_visualiza.php?id...1)>. Acesso em: 2 jan. 2011.
- LEITE, Elenice Moreira. Juventude e trabalho: criando chances, construindo cidadania. In: FREITAS, Maria Virginia de; PAPA, Fernanda de Carvalho (Orgs.). **Políticas públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez, 2003.
- MACEDO, Ulisdete. **Entrevista concedida a Maria Aparecida de Queiroz em 8 de outubro de 2008**. Natal, 2008.
- MAIA, Carla Valéria Vieira Linhares et al. Escola e juventudes desafios de formação de professores em tempos de mudanças. In: DINIZ, Júlio Emílio; PEREIRA, Geraldo Leão (Orgs.). **Quando a diversidade interroga a formação docente**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- MATTELART, Armand. **Diversidade cultural e mundialização**. São Paulo: Parábola, 2005.
- NOVAES, Regina Celia Reyes. Juventude, exclusão e inclusão social: aspectos e controvérsias de um debate em curso. In: FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho. **Políticas públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez, 2003. p. 121-141.
- \_\_\_\_\_. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetória. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de; EUGENIO, Fernanda (Orgs.). **Culturas jovens: novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- \_\_\_\_\_. Prefácio. In: CASTRO, Jorge Abrahão; AQUINO, Luseni; ANDRADE, Carla Coelho de (Orgs.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009.
- OFFE, Claus. **Problemas estruturais do estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- SACRISTÁN, J. Gimeno. **Educar e conviver na cultura global: as exigências da cidadania**. PortoAlegre: Artmed, 2002
- SILVA, Enid Rocha Andrade de; ANDRADE, Carla Coelho de. A política nacional de juventude: avanços e dificuldades. In: CASTRO, Jorge Abrahão; AQUINO, Luseni; ANDRADE, Carla Coelho de (Orgs.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009. p. 41-69.

SOEIRO, José. Será possível democratizar a política? o pensamento de Bourdieu. **Socialismo 2008**, Porto, ago. 2008. Disponível em: <<http://www.esquerda.net/media/bourdieu.pdf>>. Acesso em: 8 jan. 2010

SPOSITO, Marília Pontes. Trajetórias na constituição de políticas públicas de juventude no Brasil. In: FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho (Orgs.). **Políticas públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez, 2003.

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo. Juventude e políticas públicas no Brasil. In: LEÓN, Oscar Dávila (Ed.). **Políticas públicas de juventude em América Latina: políticas nacionales**. Viña Del Mar: Ediciones CIDPA, 2003.

SPOSITO, Marília Pontes; CORROCHANO, Maria Carla. A face oculta da transferência de renda para jovens no Brasil. **Tempo Social**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 141-172, nov. 2005.

TOMMASI, Livia de. **Relatório final das oficinas virtuais de gestores e gestoras**; Discussão sobre o marco legal. 2004 Disponível em: <<http://www.projetojuventude.org.br/index.html>>. Acesso em: 15. set. 2008.

ZACARIAS, Ana Paula. **Texto das declarações da porta-voz da conferência**. Lisboa, Portugal, 2003.